

CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DO DOCENTE: CONTEXTO PANDÊMICO E PÓS-PANDÊMICO

Beatriz Heitich da Silva Farias¹
Flávia Wagner²

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa de mestrado que investigou o adoecimento dos professores da Educação Básica em uma escola da rede estadual em Tubarão, Santa Catarina, com foco nas condições de trabalho no cenário capitalista. O estudo teve como objetivos: (a) identificar as políticas educacionais que desvalorizam o trabalho docente; (b) analisar os fatores que causam o mal-estar docente e prejudicam sua saúde e exercício profissional; (c) avaliar a saúde dos professores no contexto pandêmico e pós-pandêmico; e (d) identificar estratégias para aprimorar as condições de trabalho docente e promover sua saúde. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, realizando um estudo de caso com 37 professores. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário estruturado no Google Forms, e a análise dos dados seguiu o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2020). Os resultados revelaram desafios significativos, como sobrecarga de trabalho, questões de saúde mental e falta de reconhecimento profissional, todos influenciados por condições laborais precárias. Estratégias identificadas para promover o bem-estar dos professores incluem maior autonomia escolar, formação contínua e equipes multidisciplinares de apoio emocional. Conclui-se que a reformulação de políticas educacionais para valorizar a profissão docente e melhorar as condições de trabalho é essencial para elevar a qualidade da educação, especialmente no cenário pós-pandêmico.

Palavras-chave: Educação, Trabalho Docente, Sistema capitalista, Adoecimento Docente.

INTRODUÇÃO³

A saúde dos professores da Educação Básica é essencial para a qualidade do sistema educacional e a formação das futuras gerações. Este estudo investiga como as condições de trabalho afetam a saúde física e emocional dos docentes, com foco no período da pandemia de COVID-19 e no pós-pandemia. Realizado em uma escola pública estadual de Santa Catarina, o estudo analisa o adoecimento docente, um fenômeno intensificado pelas adversidades enfrentadas durante a crise sanitária global (OMS, 2022).

Teoricamente, o estudo se apoia nas discussões sobre a precarização do trabalho docente, influenciada pelo modelo capitalista neoliberal nas políticas educacionais. Autores

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). E-mail: biahsfarias1@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa (2018) com diploma revalidado pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: flavia.wagner@animaeducacao.com.br.

³ Este artigo é consequência das investigações que desenvolvemos no âmbito da pesquisa de mestrado - Condições de Trabalho e Adoecimento Docente: Causas Persistentes. Sob o fomento da UNISUL e da UNIEDU, a quem prontamente agradecemos os incentivos.

como Saviani e Galvão (2021), Shiroma et al. (2007), e Antunes (1995) apontam que a transformação da educação em mercadoria desvaloriza o trabalho docente, agravando as condições de trabalho e comprometendo a saúde dos professores, especialmente em momentos de crise, como a pandemia. A intensificação do trabalho, falta de reconhecimento e a pressão por resultados geram um ciclo de adoecimento que afeta a qualidade do ensino (Assunção; Oliveira, 2009; Dejours, 1993).

A justificativa para este estudo reside na urgência de compreender os impactos que a precarização das condições laborais tem na saúde dos professores e na qualidade da educação. A pesquisa busca oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas que promovam a valorização do trabalho docente e melhorem suas condições laborais, mitigando o adoecimento físico e emocional dos educadores.

Os objetivos da pesquisa são: (a) identificar as políticas educacionais que desvalorizam o trabalho docente; (b) analisar os fatores que contribuem para o mal-estar docente; (c) avaliar o impacto da pandemia e do pós-pandemia de COVID-19 na saúde dos professores; e (d) propor estratégias para melhorar as condições de trabalho e promover a saúde dos docentes.

Utilizando a metodologia de estudo de caso, a pesquisa examinou 37 professores por meio de um questionário estruturado, aplicado via Google Forms. A análise dos dados seguiu o método de Bardin (2020), permitindo uma leitura qualitativa das percepções dos docentes sobre suas condições de trabalho e saúde. Os resultados revelaram desafios como a sobrecarga de trabalho, questões de saúde mental e a falta de reconhecimento profissional, todos exacerbados pela precarização das condições laborais durante a pandemia (Assunção; Oliveira, 2009; Saviani; Galvão, 2021). Entre as estratégias sugeridas estão maior autonomia escolar, formação contínua, apoio emocional e políticas educacionais voltadas para a valorização e bem-estar dos professores.

Por fim, o artigo está estruturado em cinco seções: a introdução, que contextualiza a saúde dos professores e as condições de trabalho durante a pandemia; a metodologia, que detalha o estudo de caso com 37 professores e a análise de dados; as duas categorias, Educação, Condições de Trabalho e Saúde Docente e Principais Doenças Prevalentes entre Professores, que exploram os impactos na saúde docente; a seção de resultados e discussões, que analisa as percepções dos professores sobre os desafios enfrentados; e, por último, as considerações finais, que ressaltam a urgência de melhorias nas políticas educacionais.

Diante desse contexto, a seguir são detalhados os procedimentos metodológicos que embasaram a investigação.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa para investigar o adoecimento docente em condições de trabalho precárias, especialmente durante e após a pandemia de COVID-19. A metodologia baseia-se em um estudo de caso com 37 professores de uma escola pública em Santa Catarina, que atuaram entre 2020 e 2023. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário distribuído via WhatsApp, facilitando a participação no período pós-pandêmico. A análise dos dados seguiu a Análise de Conteúdo de Bardin (2020), com as categorias centrais: (1) Educação, Condições de Trabalho e Saúde Docente e (2) Principais Doenças Prevalentes entre Professores. O referencial teórico incluiu autores como Assunção e Oliveira (2009), Libâneo (2019), Marx (2013; 2017), Saviani e Galvão (2021) e outros, abordando a precarização do trabalho e o adoecimento docente. A análise dos dados revelou impactos significativos das condições de trabalho na saúde dos professores, reforçando a necessidade de políticas de valorização profissional.

Na próxima seção, será apresentado o referencial teórico que fundamenta as categorias principais deste estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

EDUCAÇÃO, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOCENTE: PRECARIEDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA

Primeiramente, entender como as condições de trabalho dos professores na sociedade capitalista afetam a qualidade da educação e a saúde dos docentes é um desafio complexo que demanda uma análise abrangente das interações entre educação, condições de trabalho e o sistema capitalista. Saviani e Galvão (2021) afirma que a educação é essencial para a produção e reprodução social, indo além da simples transmissão de conhecimentos. De acordo com Marx (2013; 2017), o sistema capitalista, focado no lucro, molda a educação, transformando-a em mercadoria. Assunção e Oliveira (2009) observam que essa mercantilização impacta o trabalho dos professores, dirigindo o ensino pelas demandas do mercado, sobrecarregando os docentes e comprometendo a qualidade da educação, contribuindo para o adoecimento desses profissionais.

A seguir, esta seção examina o ambiente de trabalho dos professores e suas ramificações no adoecimento docente. Desde os anos 90 no Brasil, políticas neoliberais e a globalização, exemplificadas pelo Consenso de Washington, promoveram a abertura ao



capital estrangeiro, a privatização de estatais e a redução de gastos públicos (Shiroma et al., 2007). Tais políticas favoreceram as instituições privadas de ensino, agravando as desigualdades no acesso à educação de qualidade e comprometendo a formação de cidadãos críticos (Libâneo, 2019).

Conseqüentemente, a reestruturação produtiva, característica da acumulação flexível do capitalismo, intensificou o trabalho dos professores, exigindo disponibilidade constante e flexibilidade (Antunes, 1995). Isso promoveu a polarização social e a precarização do trabalho, aprofundando desigualdades e aumentando a exploração. Contratações temporárias de professores, respaldadas pela Constituição Federal de 1988 e legislação estadual, contribuíram para a precarização do trabalho docente, afetando a estabilidade e os direitos trabalhistas, com impacto negativo na qualidade da educação.

Além disso, a estrutura sindical não abrange a maioria dos docentes temporários, colocando-os em situação de instabilidade. Muitos trabalham em mais de três escolas para garantir seu sustento, resultando em sobrecarga excessiva e comprometendo o bem-estar e a saúde emocional (Martins, 2018). Segundo o Censo Escolar 2019 (BRASIL, 2020a), mais de 560 mil professores na rede pública possuem contratos temporários, representando 40% nas escolas estaduais e 25,5% nas redes municipais em 2018. Em Santa Catarina, 56% dos professores eram temporários em junho de 2023, reflexo das políticas educacionais influenciadas pelo capitalismo contemporâneo (Costa, 2021).

Por outro lado, a valorização dos professores depende de condições de trabalho dignas, recursos adequados, reconhecimento da cultura e identidade, participação nas decisões educacionais, compromisso governamental em seguir leis de valorização, espaços de formação e reflexão, e salários justos. Um plano de carreira bem estruturado é essencial para reconhecer a qualificação e dedicação dos profissionais (Assunção; Oliveira, 2009).

Igualmente importante, a formação dos professores é outro tema crucial. A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios para o sistema educacional (BRASIL, 1988). A formação inicial é regulamentada pela LDBEN (Lei nº 9.394/1996) e Resoluções do CNE (CNE/CP nº 2/2015, CNE/CP nº 2/2019 e CNE/CP nº 1/2020). Essas normativas visam qualificar e valorizar os profissionais, mas mudanças em 2019 e 2020 reduziram a carga horária da formação pedagógica e negligenciaram a importância da pesquisa e extensão, comprometendo a qualidade do ensino (Libâneo, 2019).

Por fim, a BNCC, alvo de críticas, prescreve competências e estratégias metodológicas, restringindo a autonomia dos professores (Libâneo, 2019). Durante a pandemia de COVID-19, a rápida transição para o ensino remoto e a falta de preparo para novas tecnologias impactaram negativamente a educação e a saúde dos professores (Silva;



Santos, 2022). Saviani e Galvão (2021) destacam que o ensino remoto apresentou desafios significativos, resultando em prejuízos nas práticas de ensino e na saúde dos professores e estudantes. A falta de conectividade levou ao uso de materiais impressos, acentuando a defasagem na aprendizagem e demandando esforços adicionais dos professores.

Ademais, a pandemia acelerou a privatização educacional via plataformas digitais, precarizando o trabalho docente e moldando o "professor de plataforma" (Silva; Santos, 2022). Essas plataformas expõem os professores ao monitoramento excessivo e terceirizam a formação docente, focando na tecnologia e resultando em práticas docentes suscetíveis à obsolescência programada. A precarização das condições de trabalho dos professores, agravada pela pandemia, reflete as políticas educacionais influenciadas pelo capitalismo contemporâneo.

A seguir, abordaremos as principais doenças que têm afetado os professores, assim como os consideráveis desafios e o mal-estar que enfrentam.

PRINCIPAIS DOENÇAS PREVALENTES ENTRE PROFESSORES: O DESAFIO DO MAL-ESTAR DOCENTE

Inicialmente, para Assunção e Oliveira (2009), a saúde do trabalhador é permeada por uma história e uma perspectiva crítica. Abordá-la envolve analisar o processo laboral sob o viés marxista e considerar o trabalhador como agente social que busca condições de trabalho saudáveis sem comprometer seu bem-estar. A definição da OMS (2022) sobre saúde mental abrange bem-estar físico, emocional e social, incluindo habilidades para lidar com o estresse, produtividade e contribuição para a comunidade. No entanto, a exaustão causada pela intensificação do trabalho e a falta de suporte institucional podem limitar essa contribuição (Assunção; Oliveira, 2009).

Conseqüentemente, no contexto educacional, o "mal-estar docente" é um fenômeno reconhecido que prejudica o desempenho educacional, impactando o equilíbrio psicológico e gerando angústia mental (Assunção; Oliveira, 2009). Martins (2018) aborda a doença como um desdobramento do manejo inadequado do sofrimento, que pode levar à persistência do sofrimento e ao surgimento de doenças. Assunção e Oliveira (2009) evidenciam a correlação entre a exaustão do trabalho intensificado e a fragilização da saúde dos professores, tornando-os mais vulneráveis a doenças.

Ademais, os professores enfrentam um ciclo contínuo de adoecimento devido à

precarização de suas atividades laborais. Entre as principais condições estão Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), causados por tarefas repetitivas e falta de ergonomia no ambiente de trabalho. Trabalhar sob pressão temporal pode desfavorecer estratégias de autoproteção à saúde, como buscar a postura mais confortável e evitar abuso vocal (Assunção; Oliveira, 2009).

Igualmente, a saúde vocal é outra preocupação significativa. Professores frequentemente elevam o tom de voz para serem ouvidos em salas de aula lotadas, o que pode causar rouquidão e nódulos nas cordas vocais. Em ambientes ruidosos, a necessidade de elevar a voz pode também impactar a saúde estomacal, como o refluxo gastroesofágico, que agrava os problemas vocais (Assunção; Oliveira, 2009).

Além disso, o estresse é uma realidade comum para os professores, desencadeando a Síndrome de Burnout. A relação entre Burnout e doenças do aparelho circulatório é preocupante, pois o estresse crônico afeta a pressão arterial e a função dos vasos sanguíneos, aumentando o risco de hipertensão e insuficiência cardíaca (Assunção; Oliveira, 2009).

Durante a pandemia de COVID-19, essa situação se intensificou. Pesquisa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina - SINTE revelou que 65% dos professores relataram pressão psicológica por produtividade, ansiedade e insegurança, enquanto 54,5% mencionaram esgotamento mental (Síndrome de Burnout), e 44% manifestaram medo de cometer erros. Este cenário destaca a necessidade urgente de atenção e cuidado com a saúde dos professores, especialmente em períodos de crise como o pandêmico e pós-pandêmico do COVID-19 (SINTE, 2020).

Posteriormente, a adoção de tecnologias digitais durante a pandemia acrescentou um novo nível de estresse, exigindo adaptações rápidas em um ambiente de trabalho já desafiador. O aumento das responsabilidades e a falta de suporte técnico adequado agravaram o esgotamento mental, impactando tanto a saúde física quanto emocional dos professores (Silva; Santos, 2022). Esse contexto reforça a importância de políticas que promovam suporte técnico e psicológico para os docentes.

Finalmente, a necessidade de maior flexibilidade e adaptação por parte dos professores gerou um ciclo contínuo de sobrecarga emocional. Além de lidar com o ensino remoto, muitos professores tiveram de enfrentar situações de isolamento social e incertezas sobre sua própria segurança e a de seus alunos. Essa combinação de fatores exige uma reavaliação das políticas públicas voltadas ao bem-estar docente e à valorização do trabalho educacional (Silva; Santos, 2022).



Diante desse cenário, a próxima seção deste artigo apresentará os resultados obtidos na pesquisa, discutindo as percepções dos professores sobre suas condições de trabalho e saúde. Além disso, serão destacados os principais desafios enfrentados pelos docentes durante a pandemia e no período pós-pandêmico, proporcionando uma análise detalhada das implicações dessas condições na saúde e no desempenho profissional dos professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item, apresentamos as duas categorias: Educação, Condições de Trabalho e Saúde Docente: Precariedade em Tempos de Pandemia e Pós-Pandemia e Principais Doenças Prevalentes entre Professores: O Desafio do Mal-Estar Docente.

Inicialmente, na categoria "Educação, Condições de Trabalho e Saúde Docente: Precariedade em Tempos de Pandemia e Pós-Pandemia", foram analisados aspectos como vínculo de trabalho, carga horária, remuneração, autonomia e formação docente. O estudo revelou que 54% dos professores da rede pública de ensino de Santa Catarina são admitidos em caráter temporário (ACT), enquanto 46% são efetivos, refletindo a insegurança no emprego e a falta de estabilidade (Assunção; Oliveira, 2009). Essa alta taxa de temporários reflete uma precarização que impacta diretamente a saúde emocional dos docentes.

Ademais, a carga horária dos professores também indicou uma sobrecarga significativa. Os dados mostram que 11% dos docentes lecionam entre 0 a 20 aulas semanais, 67% entre 21 a 40 aulas, e 22% entre 41 a 60 aulas, evidenciando uma carga de trabalho intensa para grande parte dos professores. Além disso, 87% dos participantes afirmaram que os baixos salários afetam negativamente sua saúde, e 46% mencionaram que a ausência de um plano de carreira adequado é prejudicial ao seu bem-estar e motivação.

Posteriormente, na questão da formação docente, 38% dos professores consideram as formações oferecidas relevantes, porém 19% afirmam que essas formações não atendem adequadamente às suas necessidades. A falta de alinhamento entre as formações disponíveis e as demandas reais dos educadores reflete diretamente na autonomia e na saúde emocional desses profissionais (Libâneo, 2019). Além disso, 76% dos docentes expressaram a necessidade de formações voltadas para a saúde emocional, sublinhando a carência de suporte emocional no trabalho docente (Assunção; Oliveira, 2009).

Adicionalmente, a categoria "Principais Doenças Prevalentes entre Professores: O Desafio do Mal-Estar Docente" aborda os problemas de saúde relacionados às condições de



trabalho. 32% dos professores relataram problemas de saúde diretamente ligados ao trabalho em 2023, dos quais 22% necessitaram de afastamento médico. Entre os afastamentos, 43% dos docentes não precisaram se afastar, 30% mencionaram um afastamento, 11% relataram dois afastamentos, e outros 11% indicaram mais de quatro afastamentos. Esses dados evidenciam o impacto das condições de trabalho na saúde física e emocional dos professores.

Além disso, as dores osteomusculares (como problemas na coluna, joelho, LER ou DORT) foram relatadas por 35% dos professores, enquanto outros 35% não associaram essas condições ao trabalho, e 30% permaneceram incertos. Quanto aos problemas vocais, 22% dos professores relataram dificuldades relacionadas ao trabalho, o que reflete os efeitos de ambientes ruidosos e a necessidade de elevação do tom de voz (Assunção; Oliveira, 2009).

Subsequentemente, problemas digestivos, como refluxo, gastrite ou úlcera, foram relatados por 22% dos professores, enquanto 57% não associaram essas condições às atividades profissionais. A interconexão entre saúde vocal e digestiva indica a importância de uma abordagem integrada e holística no cuidado à saúde dos docentes (Ricci et al., 2020). Além disso, 32% dos professores relataram diagnósticos de transtornos psicológicos, como depressão, Burnout, TDAH ou síndrome do pânico, demonstrando a forte relação entre o trabalho docente e o mal-estar emocional (Dejours, 1993).

Igualmente, doenças do aparelho circulatório, como hipertensão arterial e insuficiência cardíaca, foram relatadas por 24% dos professores, ressaltando os efeitos do estresse crônico sobre a saúde cardiovascular (Assunção; Oliveira, 2009). Interações no ambiente escolar também foram indicadas como fatores que agravam o estresse: 68% dos professores apontaram que tensões e conflitos no ambiente de trabalho influenciam negativamente sua saúde emocional, e outros 68% atribuíram as condições precárias de trabalho ao sofrimento emocional.

Por fim, essas evidências reforçam os impactos das condições laborais precárias e os desafios enfrentados pelos professores, intensificados pela pandemia e no período pós-pandêmico. A próxima seção apresentará as Considerações Finais, discutindo as principais conclusões e propondo recomendações para políticas educacionais que priorizem o bem-estar docente e a melhoria das condições de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das condições de trabalho dos professores da Educação Básica revelou uma complexidade multifacetada que impacta diretamente sua saúde física, emocional e mental.

Problemas de saúde relacionados ao trabalho, como afastamentos frequentes, dores osteomusculares e dificuldades vocais, destacam a urgência de mudanças significativas no ambiente educacional. Esses problemas de saúde não devem ser vistos de forma isolada, mas como reflexos de um sistema educacional que, historicamente, sobrecarrega e desvaloriza os professores.

A sobrecarga de trabalho, os baixos salários, a falta de autonomia e a precarização das condições laborais criam um cenário desafiador para esses profissionais. A pesquisa mostrou que 87% dos professores percebem os baixos salários como um fator que impacta negativamente sua saúde, enquanto 51% acreditam que as condições precárias de trabalho influenciam diretamente o seu bem-estar. Além disso, a deficiência na formação e a falta de apoio emocional são problemas identificados que precisam de soluções urgentes.

A pandemia de COVID-19 intensificou esses desafios preexistentes, exacerbando a precariedade das condições de trabalho. Durante a pandemia, a rápida transição para o ensino remoto, sem o suporte tecnológico e pedagógico adequado, resultou em níveis elevados de estresse e ansiedade entre os professores. Cerca de 70% dos docentes relataram um aumento significativo nos problemas de saúde mental durante esse período, agravados pela falta de preparação e pelo isolamento social. A pressão para manter a qualidade do ensino em um ambiente virtual inadequado apenas intensificou o esgotamento e a insatisfação profissional. No período pós-pandêmico, esses problemas persistiram, com 46% dos professores observando uma intensificação das doenças relacionadas ao trabalho e 51% relatando desconforto emocional contínuo.

A precarização das condições de trabalho dos professores é um reflexo de uma estrutura educacional que historicamente negligencia a importância do bem-estar docente. A sobrecarga de trabalho, os baixos salários e a falta de autonomia são componentes de uma longa trajetória de desvalorização profissional. Para mitigar esses impactos negativos, é essencial implementar intervenções específicas e concretas. A melhoria das condições de trabalho, como a redução do número de alunos por sala de aula, a simplificação de processos burocráticos e o investimento em infraestrutura escolar adequada, são medidas fundamentais para criar um ambiente de trabalho mais saudável e eficiente.

Além disso, o desenvolvimento de programas de saúde mental contínuos, que ofereçam suporte psicológico e emocional constante aos professores, é crucial para mitigar os efeitos do estresse e da exaustão. A valorização profissional deve ser uma prioridade, com políticas de valorização salarial, planos de carreira bem estruturados e formação continuada focada nas demandas atuais do ensino. Reconhecer o trabalho dos professores através de



remuneração justa e oportunidades de desenvolvimento profissional é essencial para sua motivação e bem-estar.

A discussão sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) é essencial nesse contexto. O PNE 2014-2024, sancionado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, delineava 20 metas a serem alcançadas ao longo de uma década, visando promover a qualidade, a equidade e a inclusão na educação brasileira. No entanto, muitas dessas metas não foram plenamente atingidas, evidenciando desafios persistentes e a necessidade de revisão. Recentemente, a Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024, prorrogou a vigência do PNE até 31 de dezembro de 2025, justificando a necessidade de uma transição cuidadosa para o próximo plano decenal (CONAE, 2024)⁴.

Contudo, é crucial questionar se essa prorrogação realmente serve à transição ou se é um reflexo das dificuldades políticas e administrativas em cumprir as metas estabelecidas. A falta de monitoramento eficaz, frequentemente influenciada por mudanças políticas e prioridades divergentes entre governos, tem sido um obstáculo significativo para a implementação das políticas do PNE. Essa prorrogação pode ser vista como um adiamento de responsabilidades que compromete a continuidade das melhorias necessárias na educação.

Para garantir a eficácia das políticas educacionais, é crucial adotar uma abordagem que promova a participação ativa dos professores na formulação e implementação das políticas educacionais. A valorização dos docentes deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de transformação social que busca promover a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos. Investir em infraestrutura escolar e recursos didáticos, monitorar e avaliar continuamente as metas estabelecidas e implementar políticas mais eficazes e equitativas são passos essenciais para alcançar esses objetivos e garantir uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

Além disso, é necessário considerar que a implementação dessas políticas deve ser acompanhada por um esforço conjunto de todos os atores envolvidos na educação, incluindo governos, instituições de ensino, professores, alunos e comunidades. A cooperação e o diálogo entre essas partes são fundamentais para que as políticas sejam eficazes e para que as metas do PNE sejam alcançadas de maneira sustentável e inclusiva.

Em conclusão, a valorização dos professores deve ser uma prioridade para a sociedade como um todo. As condições de trabalho precisam ser melhoradas de maneira concreta e prática, não apenas para promover a saúde e o bem-estar dos educadores, mas também para

⁴ Conferência Nacional de Educação.



garantir uma educação de qualidade para as futuras gerações. Este estudo espera servir como base para o desenvolvimento de políticas educacionais eficazes e sustentáveis, que reconheçam e valorizem a importância dos educadores no desenvolvimento da sociedade. Implementar políticas eficazes que reconheçam e valorizem a importância dos educadores é crucial para um sistema educacional eficaz. O bem-estar dos professores é a pedra angular para a construção de uma educação sólida e de qualidade. Investir na saúde física e mental dos educadores não é apenas uma questão de justiça, mas uma necessidade fundamental para o avanço educacional e o desenvolvimento integral da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1995.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade de. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302009000200003>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Brasília, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, 2019.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020a.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020**. Brasília, 2020b.

CONAE. Conferência Nacional de Educação. **Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2024**. Brasília, DF: Fórum Nacional de Educação; Comissão de Sistematização e Monitoramento, 2024. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/conae2022/documentos/DOCUMENTO_FINAL_CONAE_2024.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

COSTA, Marcelo Figueiredo da. **BNCC e trabalho docente temporário em SC: subordinação, flexibilização e precariedade**. 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021.

DEJOURS, Christophe. **Travail, usure mentale**: de la psychopathologie à la psychodynamique du travail. Paris: Bayard Éditions, 1993.

SHIROMA, Eneida Oto; MICHELS, Maria Helena; EVANGELISTA, Olinda; GARCIA, Rogério Manoel Caetano. **A tragédia docente e suas faces**. In: Evangelista, O.; Seki, A. K. (Orgs.). Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo. Araraquara: Junqueira & Marin, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática. In: LIBÂNEO, José Carlos; ECHALAR, Ana Delia Lema Flores; ROSA, Silviane Vanessa Losano da; SUANNO, Marcelo Vianna Ribeiro (Orgs.). **Em defesa do direito à educação escolar**: didática, currículo e políticas educacionais em debate. Goiânia: Editora da UFG, 2019.

MARTINS, Luciene Maria. O sofrimento e/ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 11, p. 127-144, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cemarx.v0i11.11294>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório sobre a Saúde no mundo**. Saúde Mental: Nova concepção, Nova Esperança, 2022. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/Relatorio>. Acesso em: 05 ago. 2022.

RICCI, Gabriela; WOLF, Alice Elaine; BARBOSA, Ana Paula; MORETI, Flávia; GIELOW, Isis; BEHLAU, Mara. Sinais e sintomas de refluxo laringofaríngeo e sua relação com queixas e qualidade vocal. **CODAS**, São Paulo, v. 32, n. 5, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202018052>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Cláudia. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 67, p. 36-49, 2021.

SHEIKH, Aziz; SHEIKH, Ali; SHEIKH, Zubair; DHAMI, S. Reopening schools after the COVID-19 lockdown. **Journal of Global Health**, v. 10, n. 1, p. 1-3, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7189/jogh.10.010376>. Acesso em: 03 maio. 2022.

SILVA, Mônica Martins; SANTOS, Maria Luciane. O perfil docente defendido pelo Banco Mundial. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, p. 1-16, mar. 2022.

SINTE. Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina. **Pesquisa do SINTE/SC revela dados preocupantes em relação à saúde dos/as trabalhadores/as na educação**. SINTE, 2020. Disponível em: <https://sintesc.org.br/Noticia/19739/pesquisasaud.docente>. Acesso em: 10 jul. 2022.